

Os riscos para a economia brasileira em 1983

25 JAN 1983
JORNAL DA TARDE

Artigo de José Paschoal Rossetti,
publicado no Boletim Mensal
da Associação

Nacional das Corretoras de Valores.

Brasil - economia

Previo-se, já no final dos anos 70, que a economia brasileira na década de 80 enfrentaria graves dificuldades. Sob a circunstância de revelar três problemas cruciais (um desequilíbrio cambial de raízes perniciosas, uma inflação recorrente de tratamento politicamente difícil e um cenário típico de estagnação e de desemprego crescentes), o Brasil dificilmente encontraria fórmulas de curto prazo que fossem eficazes para atenuar, simultaneamente, o constrangimento das contas externas e o estado interno de estagnação. Mesmo uma rudimentar compreensão dos mecanismos básicos das políticas econômicas de estabilização era suficiente, na passagem dos anos 70 para os de 80, para que se percebessem os conflitos entre os objetivos centrais de crescimento, contenção do processo inflacionário e controle da asfixia cambial.

Os desdobramentos do quadro crítico, no entanto, transparecem hoje mais nítidos — e, lamentavelmente, apontando para percursos ainda menos confortáveis que os inicialmente previstos: encontra-se sob risco o tecido econômico da nação. E, por consequência, os tecidos social e político poderão também ser abalados.

Causa Intocável

A razão central desse diagnóstico está em que a causa-matriz do desconfortável cenário econômico brasileiro permanece intocada. Inicialmente, ela não se encontrava no plano externo; foi, antes, internamente gerada. Trata-se do gigantismo do aparelho empresarial do Estado e da atrofia consequente do tecido privado, da micro à grande empresa, tanto da área urbana quanto das atividades rurais. E agora, mais do que antes, cabe remover esse disfuncionador perverso, como um dos poucos caminhos ainda viáveis para a reconstrução econômica da nação e a estabilização das suas instituições sociais e políticas.

A moratória externa é uma realidade indissociável. Não há recursos cambiais para atender aos compromissos impostos pelo serviço da dívida e pela continuidade dos programas essenciais de importações de bens e serviços. Mesmo sob a hipótese de obtenção do ambicioso superávit comercial programado de US\$ 6 bilhões (note-se que essa meta implica superávits mensais médios de US\$ 500 milhões em transações correntes com a economia internacional em estado recessivo-protetionista), persistirá um déficit em transações correntes não muito distante de US\$ 10 bilhões. Somado às exigências líquidas do movimento de capitais, em que se situam as amortizações das dívidas de curto e de longo prazos e a recomposição das reservas cambiais a níveis mínimos compatíveis com as transações externas do país, as exigências de ingressos líquidos para 1983 não ficarão muito distantes de US\$ 30 bilhões. Diante da expressão desses números, o significado do crédito stand by junto ao FMI não se limita, evidentemente, ao aporte relativamente inexpressivo de recursos líquidos que correrá para o país, mas a uma espécie algo cinzenta de aval, perante a comunidade financeira internacional. Aval que, por razões compreensíveis, não está sendo automaticamente aceito senão por menos de um quinto das 1.100 instituições financeiras credoras do Brasil.

Recessiva e Inflacionária

Em paralelo à combatida situação do sistema financeiro internacional, uma das razões que podem estar dificultando as renegociações da dívida externa junto a cada um dos milhares de credores é exatamente o teor, antes preocupante que alentador, da Carta de Intenções entregue ao FMI, que consubstancia estratégia básica do programa de estabilização negociado entre as autoridades econômicas brasileiras e a missão técnica daquele organismo. Isto porque o documento assume a indesejável postura de não atingir, com a agudeza requerida, as contas do disfuncionador central da economia brasileira: o Estado-empresário. A tônica da Carta de Intenções é, a um só tempo, recessiva e inflacionária; se aplicada nos termos em que foi formulada, arrastará o país ao mais agudo percurso estagflationário já vivido ao longo de sua formação econômica. É recessiva, ao propor a continuidade aos estímulos à poupança sem risco, em depósitos e títulos de renda fixa e garantida; ao fixar acréscimos na arrecadação fiscal, por via direta, reduzindo a já achatada renda pessoal disponível e a combatida margem de lucro do sistema empresarial; ao ampliar os custos para os tomadores de empréstimos para custeio de safras do descapitalizado setor rural; e, adicionalmente, ao ampliar as margens de revisão das tarifas públicas de serviços essenciais. É inflacionária pela última intenção citada e, notadamente, pela redução de subsídios incidentes sobre preços de alta representação na composição de índices convencionalmente aplicados a uma economia quase totalmente indexada expost. Quanto ao Estado-empresário, disfuncionador por excelência, o documento não vai além de vagas referências, do tipo "parte substancial do ajuste econômico de que o país necessita caberá às empresas do Governo", ou a determinações numéricas não demonstradas contabilmente, do tipo "as necessidades de financiamento do setor público não-financeiro deverão reduzir-se significativamente, de 13,8% em 1982 para 7,9% do PIB em 1983".

Tecnocracia privilegiada

Na realidade, porém, em contraposição a estas vagas intenções, o orçamento da Sest para as estatais federais, divulgado no final do ano, após conhecidas as diretrizes da Carta de Intenções, revela que este segmento disfuncionador não será afetado, como era de supor que fosse em um sistema combatido, sob moratória externa e já se avizinando de uma situação que vai requerer, mais cedo ou mais tarde, a austeridade de uma verdadeira "economia de guerra". Senão, vejamos: os gastos das estatais, orçados pela Sest para 1982 em Cr\$14,3 trilhões, acabaram atingindo Cr\$ 15,8 trilhões, cometendo o Estado-empresário um estouro de Cr\$ 1,5 trilhão, algo em torno de 30% da receita tributária da União; e isto em um ano fortemente recessivo, em que o governo impôs aos demais segmentos da sociedade uma austeridade seguramente mais acentuada que a praticada em seu próprio complexo administrativo e, sobretudo, em seu aparelho produtor. E sejamos francos: ao que toda a Nação sabe e comenta, uma apreciável parcela desses dispêndios nada mais foi que simples transferência

de renda do setor produtivo para o aparelho tecnoburocrático. Transferências do tipo "não contabilizável", porque espúrias e incobertas.

Para 1983, o orçamento da Sest ainda não se libertou por completo da megalômana ideia de um Brasil "potência emergente". O Estado de moratória externa e a desconfortável situação interna de estagnação não parece sensibilizar a tecnocracia brasileira. Os gastos orçados para o Estado-empresário fixaram-se em Cr\$ 30,4 trilhões, ou seja, 112,6% e 92,4%, respectivamente, acima dos valores orçados e efetivados em 1982. E isto em um ano em que uma Carta de Intenção junto ao FMI deixa um explícito compromisso de conter a inflação, trazendo-a para o patamar de 70% anuais. Lamento arguir como brasileiro: seria este, realmente, um país sério? Talvez sim, ao nível de seus sofridos, teimosos e combatidos segmentos produtivos; mas, definitivamente, não nos segmentos ainda atuantes da corrosiva e indesejada tecnocracia do aparelho público.

Ainda é tempo

Ao persistirem as conflitantes intenções de saneamento e de progressão do Estado-empresário, o tecido econômico da Nação certamente será corroído. E com ele o que ainda resta de instituições liberais, nos planos social e político.

Para reflexão, leiam-se as seguintes observações de Adam Smith, extraídas de *Wealth of Nations* (1776) e propositadamente não reveladas pelos que lêem de Smith apenas os capítulos em que, ao articular engenhosa teoria do valor, deu base às rudimentares proposições marxistas sobre conflitos entre classes sociais:

É muito raro que a prosperidade e o bem-estar de uma grande nação não sejam afetados, quer pela prodigalidade quer pela má gestão de empreendimentos privados, pois a prodigalidade ou a imprudência de uns são sempre compensadas pela frugalidade e pela boa gestão de outros. O número de empreendimentos prudentes e bem-sucedidos é em toda parte muito superior ao dos empreendimentos pouco judiciosos ou mal-sucedidos. O infortúnio da bancarrota atinge uma ínfima parte do número total de todos aqueles que se dedicam aos negócios; a maior parte dos homens é suficientemente cuidadosa para o evitar. Em consequência, as grandes nações não empobrecem nunca devido à prodigalidade e má gestão individuais, se bem que empobrecam, por vezes, devido à prodigalidade e má gestão dos poderes públicos. A totalidade ou quase a totalidade dos rendimentos públicos é, em alguns países, utilizada para a manutenção de mãos improdutivas. Quando estas se multiplicam até atingir um número exagerado, pode ocorrer que toda a frugalidade, boa gestão e prudência dos indivíduos produtivos não bastem para compensar a dilapidação e a degradação de fundos que as mãos improdutivas do governo acarretarão.

No caso brasileiro, ainda é tempo, notadamente sob um Congresso Nacional renovado, para que a Nação entenda a impropriedade do Estado-empresário e seu poder de destruir o tecido econômico de uma nação que se pretende aberta, democrática e socialmente justa.